

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , 2021

(Do Sr. JULIO CESAR RIBEIRO)

Altera a Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o artigo 7º da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, passando a vigorar acrescido das seguintes modificações.

Art. 2º O inciso III do artigo 7º, § 2º da Lei Complementar 116/2003, a seguinte redação.

Art. 7º

§ 2º

III – o valor da folha de pagamento e seus encargos no item 17.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar;

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei complementar apenas aclara e evita que a fiscais municipais continuem a punir os empreendedores. Em algumas cidades, os fiscais do município entendem que o imposto deve ser cobrado pela Nota Fiscal cheia e em outros é cobrada somente do que não é repasse.

O presente PLP não apresenta renúncia de ISS, nem perda de valor arrecadatário, visto que nos municípios onde é cobrado e os contribuintes ingressam em juízo, o entendimento é de que não é devido na totalidade e sim do que permanece na empresa.



Diante de tais fatos, e para remediar esta situação estamos apresentados esta emenda para garantir objetividade, transparência e incentivar a geração de empregos por meio de trabalho temporário.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

